

A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – CAMPUS DE IGUATU: UM RETRATO DA SUA REALIDADE

Paulo Roberto Ricarte Pereira
Juciel de Araújo Lima

RESUMO

Em linhas gerais, o presente estudo trata-se de um Trabalho Monográfico de Conclusão de Curso de graduação em Educação Física da Universidade Regional do Cariri (URCA) - Campus Iguatu. **A proposta deste estudo surgiu** da inquietação de como a Prática como Componente Curricular (PCC) estava sendo tratada no referido curso. Bem como, contribuir com a melhoria desta prática nesta IES beneficiando os acadêmicos e refletir sobre sua legitimação. **O objetivo central** trata-se de analisar a realidade e aplicabilidade da PCC no curso aqui referendado. Quanto à **metodologia** aplicada, esta obra se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo descritivo-exploratória, com caráter bibliográfico-documental, com inserção no campo. Para a coleta de dados foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas e observações assistemáticas. O método escolhido para a análise dos dados foi o dialético. Por fim, as **considerações finais**, que vem no intuito de expor os resultados da pesquisa diante dos dados coletados e discutidos com amparo dos sujeitos e do referencial teórico. Adianta-se que **essa prática** não está sendo tratada dentro do referido curso como emana o PPP do mesmo e que não há entendimento pleno por parte de alunos e professores quanto à referida prática. Esta pesquisa foi de suma importância e relevância para o meio acadêmico, logo é dela que se subtraem fundamentos de como a PCC procedia até o semestre 2009.2, podendo vir a refletir nos semestres seguintes e como ela está ou deveria estar sendo processada no referido ano. Espera-se com essa pesquisa, contribuir de forma qualitativa para a formação acadêmica do curso, onde todos os acadêmicos do curso citado possam ser sujeitos da prática, participando de uma maneira objetiva, clara e participativa.

Palavras - Chave: Educação Física, Prática como Componente Curricular - PCC, Formação.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como finalidade investigar a questão da Prática como Componente Curricular (PCC), dimensão obrigatória da carga horária dos estudantes de Educação Física, conforme as novas diretrizes curriculares nacionais (DCN's) para a formação de professores para atuar na educação básica.

A Prática como Componente Curricular é diferente do Estágio Supervisionado e da prática de ensino em sala de aula, geralmente vivenciada no interior das disciplinas. Esta prática, a PCC, tem outras características, quais sejam promover a articulação das diferentes práticas do Curso, numa perspectiva interdisciplinar, tendo a frente uma coordenação específica, conforme Resolução 01 CNE/CP de 18/02/2002, deliberada pelo

Conselho Nacional de Educação (CNE), através do seu Conselho Superior Pleno (BRASIL, 2002).

Nesse sentido a PCC é uma prática voltada para processos de ensino onde o estudante de Educação Física ou de outra licenciatura exerce o trabalho de professor. Portanto, a referida prática em questão é um conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimento ou de desenvolvimento de procedimento próprios ao exercício da docência, conforme Parecer CNE/CES N° 15/2005, emanado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), através do seu conselho superior pleno (BRASIL, 2005).

Após esta breve contextualização do tema, será feito um recorte na realidade da Prática como Componente Curricular, **delimitando** o assunto para ser investigado no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Regional do Cariri (URCA), especificamente na cidade de Iguatu, conforme determina sua operacionalização pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso. O Art. 1° da Resolução 02 CNE/CP de 19 de fevereiro de 2002, também emanada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), através do seu conselho superior pleno (BRASIL, 2002), disponibiliza a carga horária a ser realizada. Pode-se constatar na própria resolução a seguir:

A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; (p. 1).

Na perspectiva da **problematização** do objeto de estudo, levantam-se algumas preocupações do pesquisador em relação ao contexto da PCC no Curso de Educação Física da Unidade de Iguatu: Se ao final deste estudo for constatado que as Práticas não estão sendo realizadas como prevista no PPP do curso de Educação Física da URCA, existe um responsável por esse acontecimento? Por que alguns professores não demonstram total interesse na construção do projeto para essa Prática? O que levam os alunos a não compreensão do verdadeiro significado da PCC? Quem é a equipe responsável pela fiscalização da PCC?

Diante dessas questões formula-se o seguinte **problema** Como vem sendo tratada a Prática como Componente Curricular do curso de Educação Física da URCA - Campus Iguatu?

Tem-se como **hipótese inicial** que essa prática não vem sendo aplicada conforme as expectativas do PPP, partindo do princípio que não há nivelamento de informações desta prática no curso, tanto pelos gestores, como professores e alunos.

A realização desta investigação se **justifica** em função de três pontos de vistas. No ponto de vista acadêmico ela é importante porque ele é participante da construção de uma PCC, desde o início do projeto, durante sua execução, até atingir suas metas, concretizando cada objetivo alcançado. Do ponto de vista pessoal considera a pesquisa relevante, onde aponta o autor, como sendo um protagonista de uma realidade inexistente, que mostra total interesse em demonstrar de forma coesa a adequada forma de realização das PCC. Do ponto de vista social, torna-se importante por conta da ajuda que dispõe a Universidade, através dos acadêmicos, para levar até as escolas públicas e privadas as práticas idealizadoras de conhecimentos, repassando junto à comunidade/sociedade, o que foi adquirido de conhecimento e aplicando na prática no âmbito da escola, ou ainda numa

praça, ou até em um parque, no entanto, é possível observar que a sociedade recebe toda a comunidade acadêmica da URCA - Campus de Iguatu/CE.

Esta pesquisa tem como **objetivo geral** detectar os motivos pelos quais a Prática como Componente Curricular no Curso de Licenciatura em Educação Física da IES aqui mencionada, não vem sendo operacionalizada com sucesso.

A partir do problema de pesquisa levantado, elaboram-se os seguintes **objetivos específicos**: a) Conhecer a sistemática constante na legislação educacional brasileira e no Projeto Político Pedagógico do Curso para a operacionalização da PCC pelas diferentes disciplinas; b) Descrever como vem se dando a operacionalização da PCC no Curso, inferindo sobre seus limites e possibilidades; c) Propor estratégias para o cumprimento da PCC pelo conjunto das disciplinas.

Adotou-se como **metodologia** desta obra uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo descritivo-exploratória, com caráter bibliográfico-documental e com inserção na realidade empírica do Curso de Educação Física, portanto, sendo desta forma uma pesquisa de campo. Por isso, conforme mostrou o referencial teórico, analisar-se-á documentos concernentes a formas de aplicação das PCCs no curso.

Com o **intuito de contribuir** para a formação sólida dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Física da Unidade de Iguatu, espera-se com esta pesquisa que as Práticas como Componente Curricular - PCC sejam executadas realmente como emana o PPP da URCA, não ludibriando nenhuma forma avaliativa, fazendo com que os acadêmicos cumpram apenas por cumprir a carga horária, mas que solidifique algo em comum a sua formação, preparando-o para o mercado de trabalho, onde ao sair da faculdade tenham subsídios suficientes para enfrentar o ato de lecionar, já que essas práticas proporcionam aos discentes do Curso em questão uma ampla visão da realidade escolar, não afastando o conceito de teoria da prática, e sim aproximar o conhecimento da essência da prática a teoria do verdadeiro significado de Educação Física Escolar.

Espera-se também que esta investigação possa contribuir significativamente para a formação dos discentes do Curso em questão, deixando claro o verdadeiro sentido-significado da PCC, que sendo ela executado de forma coesa, a mesma poderá preparar os acadêmicos para o mercado de trabalho, como também para sua formação humana e profissional, motivando o mesmo a docência.

Dessa forma, se encontra no **primeiro capítulo** os aspectos históricos e conceituais da prática nos cursos de formação de professores no Brasil, tendo como continuidade assuntos relacionados sobre os Limites e Possibilidades da PCC na URCA de Iguatu direcionada para o curso de Educação Física, reconhecendo que esta compreensão se torna necessária para dar conta da realidade atual, e finalizando com o advento sobre o Juízo de PCC para as instituições de Ensino Superior, sendo apresentada de forma sistemática uma conclusão à luz da literatura de base, apoiando assim, a análise do objeto de estudo.

O **segundo capítulo** traz a metodologia e seu campo de pesquisa, como também, todas as categorias de análises onde se faz uma minuciosa abordagem de como a PCC é aplicada, sistematizada, fragmentada no Curso de Educação Física do Campus de Iguatu.

A seguir serão expostas todas as informações relevantes para a compreensão do presente estudo.

CAPÍTULO I

ELEMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Este capítulo tem por finalidade expor a origem e evolução histórica da Prática como Componente Curricular – PCC na educação brasileira, assim como os conceitos considerados relevantes para a compreensão do objeto de estudo. Em seguida, partir-se-á para uma análise mais consistente do fenômeno estudado o qual será apresentado posteriormente conforme as leituras e análises levantadas no campo teórico investigativo.

Antes de se adentrar no tema/objeto estudado parece imperativo se fazer uma análise sobre a Prática de Ensino em décadas anteriores, e ainda quais são as práticas de ensino existentes no que se relacionam com a formação profissional, uma vez que há uma diferença conceitual e operacional a ser evidenciada entre aquela e a PCC.

Para se entender também o que é a PCC em sua totalidade torna-se necessário ater-se antes para uma análise inicial entre as categorias *da Prática como Componente Curricular – PCC, do Estágio Supervisionado e ainda em relação às Atividades Complementares - AC*. Além disso, pretende-se verificar o processo da prática da PCC em todo o Campus Avançado da Universidade Regional do Cariri – Campus de Iguatu.

Inicialmente, faz-se necessário compreender todo o processo histórico sobre a PCC, possibilitando assim, especificar de forma mais consistente como ocorreu o seu processo de criação e desenvolvimento no Brasil e como essas Práticas de Ensino se estenderam e evoluíram até os dias atuais.

A Prática de Ensino sempre manteve uma relação com o Estágio Supervisionado. Sobre esta prática foi mantida durante décadas uma dúvida constante sobre seus verdadeiros conceitos e o que cada quesito proporcionava ao acadêmico ou profissional.

É possível ainda fazer uma análise entre a Prática de Ensino e Teoria Aplicada, através de uma verificação comparativa sobre qual destas duas se revela mais importante, ou ainda qual dos conceitos prevalece no cotidiano do processo ensino-aprendizagem. Seria a Prática de Ensino mais Importante do que a Teoria Aplicada, ou será que durante os tempos esses conceitos não foram definidos com exatidão? Hoje é aceitável afirmar que ambos são independentes, ou seja, a Prática não supera a Teoria e nem a teoria a prática, mas, sim elas se intercompletam dialeticamente de forma indissociável. Ou seja, não há teoria sem prática nem prática sem teoria, mas uma indissociabilidade entre estes dois fenômenos.

Dessa forma, ao longo dos anos, a prática é explicada e entendida de diversas maneiras, de acordo com o passado histórico de cada época, e, ainda, de acordo com as concepções de homem e seu tempo histórico.

1.1 A Prática como Componente Curricular no Brasil: suas principais considerações históricas.

O Parecer 009/2001 do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Pleno apresenta projeto de Resolução instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. A partir daí vão surgindo outros pareceres retificadores até que sejam promulgadas as devidas Resoluções, as quais os cursos de formação de professores deveriam/deverão cumprir:

Durante os anos 80 e 90, o Brasil deu passos significativos no sentido de universalizar o acesso ao ensino fundamental obrigatório, melhorando o fluxo de matrículas e investindo na qualidade da aprendizagem nesse nível escolar. Mais recentemente, agregam-se a esse esforço o aumento da oferta de ensino médio e de educação infantil nos sistemas públicos, bem como o estabelecimento de diretrizes nacionais para os diferentes níveis da Educação Básica, considerando as características do debate nacional e internacional a respeito da educação.

A democratização do acesso e a melhoria da qualidade da educação básica vêm acontecendo num contexto marcado pela redemocratização do país e por profundas mudanças nas expectativas e demandas educacionais da sociedade brasileira. O avanço e a disseminação das tecnologias da informação e da comunicação estão impactando as formas de convivência social, de organização do trabalho e do exercício da cidadania. A internacionalização da economia confronta o Brasil com a necessidade indispensável de dispor de profissionais qualificados. Quanto mais o Brasil consolida as instituições políticas democráticas, fortalece os direitos da cidadania e participa da economia mundializada, mais se amplia o reconhecimento da importância da educação para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a superação das desigualdades sociais (BRASIL, 2001, p. 03 e 04).

No que se refere à citação anterior, essa realidade consiste de vários desafios educacionais que nos últimos anos têm originado a mobilização da sociedade. Nessa perspectiva, os estados e municípios realizaram estudos e pesquisas de políticas educacionais que visam à melhoria da Educação Básica. São encontradas várias dificuldades durante essa implementação de estudos e pesquisas. Uma dessas dificuldades pode ser caracterizada pelo despreparo dos professores em cuja formação, de modo geral, manteve predominantemente um formato tradicional, não contemplando muitas das características, consideradas na atualidade, como inerentes à atividade docente, entre as quais se destacam:

- a) Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos;
 - b) Comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos;
 - c) Assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos;
 - d) Incentivar atividades de enriquecimento cultural;
 - e) Desenvolver práticas investigativas;
 - f) Elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares;
 - g) Utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio;
 - h) Desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe
- (BRASIL, 2001, p. 04).

A orientação e mediação do ensino para a aprendizagem dos alunos, permitindo a formação de professores mais qualificados para proporcionarem um melhor e mais amplo entendimento do papel da Educação Física no contexto da escola e da sociedade. Trata-se de se pensar a prática desta área do conhecimento na íntegra a qual permite transformar o educando em um ser criativo e crítico, dando ênfase não só a prática em si, mas também, à visão da Educação Física na escola para que esta tenha um papel fundamental na contribuição da cultura corporal do movimento e não apenas na melhoria do condicionamento físico, conhecendo e analisando os fenômenos que dizem respeito ao corpo, aos esportes, aos jogos, as lutas, a dança, a ginástica, etc., proporcionando aos alunos nas aulas da referida disciplina uma ampla reflexão. Esta seria a maior e mais efetiva contribuição com vistas à formação de pessoas mais autônomas e emancipadas.

Adequar-se ao meio escolar numa perspectiva crítica não é tarefa fácil, no entanto cabe aos professores do século XXI mudar esse paradigma de alienação e desvalorização da Educação Física. Para isto, precisam ser conhecedores da importância da PCC na formação dos futuros educadores. É com essa atitude e prática que acadêmicos e futuros professores podem adquirir a experiência necessária tanto no âmbito formal quanto no não formal. Assim sendo, serão certamente conhecedores da realidade em questão, onde não será por falta de material, por falta de espaço ou qualquer outro empecilho que a Educação Física terá que ser esquecida.

Então na aplicação da PCC, o professor elabora projetos para a comunidade escolar, para a sociedade, para grupos diversos, enfatizando sua prática, disseminando conhecimentos e repassando conhecimentos e conceitos para a sociedade.

Professores da atualidade têm um papel fundamental na disseminação dos conteúdos, tentando contribuir para a aprendizagem do aluno, despertando-o para agir através do sentimento de cooperação, minimizando a ênfase no aspecto meramente competitivo, do ganhar ou perder, além de outras questões que não contribuem para a edificação de sujeitos mais humanos e solidários. Logo, eles poderão se construir em permanência como seres críticos, explorando ao máximo suas potencialidades e conhecimentos, sejam numa realização de atividades lúdicas ou em aulas teóricas.

De acordo com Sguissard e Silva Júnior (1997), na década de 1990, o Brasil é intensamente vitimado por reformas que respondem às questões internacionais de um mercado internacional insaturável. Reformas no campo econômico, fiscal, previdenciário, bem como também em âmbito educacional, assolam as esperanças de uma sociedade e um Estado mais forte e livre das pressões do mundo capitalista globalizado. Ainda para os autores, essas reformas quebram princípios constitucionais e aceleram o processo de privatização do Estado. Processo esse amplamente defendido pelos neoliberais os quais sustentam as reformas como importantes e inadiáveis aos interesses e objetivos do mercado internacional.

Mantendo-se nesta direção, porém com as preocupações em torno da questão do conhecimento acerca da formação de professores, têm-se as contribuições de Moraes e Torriglia (2003, p. 46) que apontam para o forte ceticismo que nos dias atuais testemunhamos no sentido de minar “[...] as indagações sobre o conhecimento e o agir humano”.

Nessa perspectiva há uma relação existente entre conhecimento e educação como “condição” de competitividade e progresso que traz na sua gênese uma determinada concepção de aprendizagem. Conforme o documento da Cepal¹/Unesco² de 1992, 03 (três) condições ou dimensões se colocam para aprender. Tais dimensões para Moraes e Torriglia (2003) revelam o perfil tópico e empirista das modalidades de aprendizagem, intrinsecamente, circunscrita numa relação entre produção e consumo de “talho imediato e superficial” (p.46). Portanto, pode-se perceber, pelo menos sucintamente, como a educação e toda sua dinamização sofrem interferências e influências das políticas e estratégias da globalização neoliberal. Sendo assim a educação não é neutra

Após estas breves explanações mais gerais sobre a relação entre conhecimento e educação como condição de competitividade e progresso, trazendo em seus primórdios concepção de aprendizagem, retoma-se para as discussões mais pontuais sobre a Prática como Componente Curricular, foco central deste estudo.

¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe: nesta última década, passou a despontar como uma das principais fontes das idéias direcionadoras das políticas deste setor em todo o continente latino-americano e região caribenha.

² A Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas é um organismo especializado do sistema das Nações Unidas.

1.2 Limites e possibilidades: a aplicabilidade da PCC na Universidade Regional do Cariri - Campus de Iguatu

A sistematização e operacionalização da PCC do curso são orientadas na Resolução CNE/CP nº 1, de 18/02/2002, a qual aborda o que há de fundamental para sua realização, a seriedade na prática da PCC, que a prática deve estar presente durante todo o curso permeando toda a formação profissional e que o seu tempo e espaço não fiquem isolados e restritos ao estágio. Como componente curricular, desde o início do curso onde haja uma supervisão da instituição formadora como forma de apoio até mesmo à vista de uma avaliação de qualidade (URCA, 2005). Seguindo esse pressuposto, e de acordo com o PPP da URCA de 2005, a:

PCC deve, pois, articular o conhecimento da Educação Física, do ser humano, da sociedade, do mundo do trabalho e da cultura corporal, enquanto eixos articuladores do Curso, na perspectiva de garantir uma formação sólida, comprometida técnica e politicamente com transformação da realidade (op. cit., p. 05).

Há uma estreita correlação existente entre teoria e prática, a qual a teoria disponibiliza conhecimentos, fundamentos, preparação para a execução e a prática é toda a teoria sendo executada. É um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na docência, no ensino, na pesquisa, na extensão, na administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar e não escolar da Educação Física, com possibilidades da prática como componente curricular atentando para: a) a elaboração de projetos de ensino; b) produção de artigos científicos; c) análise de conteúdos; d) produção de material didático; e) desenvolvimento de projetos temáticos; f) planejamento e realização oficinas temáticas; g) realização de seminários; h) planejamento e realização de festivais; i) realização de palestras; j) apresentação de trabalhos; l) participação em colônias de férias; entre outras atividades do gênero que contribuam para a materialização e aplicabilidade e exequibilidade da PCC (URCA, 2005, p.06).

De fato, a referida prática no PPP da URCA estabelece regras em relação a sua operacionalização em que para se ter sua concretização é preciso seguir a risca tudo que se emana do e no presente PPP.

Contudo, a PCC tem que ser cumprida em seu tempo pré-estabelecido, ou seja, no mesmo semestre em que a disciplina é ofertada. Os acadêmicos podem construir junto com o professor da disciplina o projeto e colocá-lo em prática, seja por intermédio do professores ou do coordenador da PCC. E que haja comunicação de ambas as partes.

1.3 O juízo do que se refere a PCC para as Instituições do Ensino Superior

Na Resolução CNE/CP nº 01 de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica em nível superior nos cursos de licenciatura, o artigo 13 assinala que a prática transcenderá o estágio supervisionado em tempo e espaço curricular, tendo ainda como finalidade a promoção da articulação das diversas práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

A prática deverá permear por toda a formação do professor e não sendo ela restringida a um estágio, desarticulado do restante do curso e, que todas as disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação terão sua dimensão prática. Essa resolução propõe ainda que

[...] a presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladores e estudos de caso. (op. cit., p. 06)

Quanto ao seu conceito prático, o Parecer CNE nº 15/2005, define claramente o que é a PCC, bem como qual seu intuito na formação do acadêmico em Educação Física, ou seja,

[...] a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocadas em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento (op. cit., p. 03)

Benites e Souza Neto (2005) reforçam a idéia sobre a “prática” como “Componente Curricular”, e não mais a Prática de Ensino/Estágio Supervisionado. Logo, a Resolução CNE/CP N. 2 propõe uma carga horária de 400 horas, visando favorecer a reflexão por parte do futuro profissional a propósito da organização das práticas que consubstanciam a cultura escolar, esportiva, artística, lúdica e tradição educacional.

De acordo com o Parecer CNE/CE 28/2001 (2001, p. 09):

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (...) ela terá que ser uma atividade tão flexível quantos outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

Dessa forma, é importante reafirmar que os projetos de PCC elaborados pelos professores, fazem os alunos, se direcionarem apenas para a execução dos mesmos, obtendo assim a carga horária computada necessária para adquirir a nota na referida disciplina onde a PCC está vinculada. No entanto, fica a critério da direção do curso em alguns casos, aprovar projetos construídos pelos alunos quando tais projetos não estiverem prontos ou quando a iniciativa parte dos próprios acadêmicos.

Portanto, diante das breves exposições aqui apresentadas, fica clara a importância e relevância da PCC para a formação do acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física, sendo ela uma prática que produz conhecimento no âmbito de ensino, transformando a maneira de atuação do futuro profissional de Educação, em que o mesmo

concluirá sua formação com mais aprofundamento no que diz respeito à “teoria aplicada a prática” ou a “prática dependente da teoria”, confrontando essa realidade e buscando assim a obtenção do êxito em sua aplicabilidade de ensino/aprendizagem em uma determinada instituição de ensino ou comunidade, seja ela da rede pública ou da rede privada, isso com certeza será relevante levando-se em consideração tudo o que foi adquirido durante os 08 (oito) semestres do referido curso.

Depois das explicações de como se procede à PCC na legislação do Brasil, inclusive o PPP da URCA que emana a PCC do curso de Educação Física desta IES, é que se poderá avançar no sentido de analisar e interpretar a adequação destas propostas às legislações pertinentes quanto à formação profissional. Bem como analisar e confrontar a forma de como vem sendo realizada/operacionalizada a PCC no curso de Educação Física da URCA no Campus de Iguatu e se está de acordo com o esboçado no PPP da referida instituição.

A seguir, o segundo capítulo trata da categoria de análises dos dados coletados, onde são correlacionados com a realidade encontrada no Curso de Educação Física da URCA de Iguatu/CE no intuito de reforçar o tema em questão abordando todos os fundamentos normatizados pelo PPP dessa IES com respeito a PCC, como também alguns aspectos relacionados a forma de aplicabilidade da mesma nas Instituições de Ensino Superior do Brasil.

II CAPÍTULO

UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI–CAMPUS IGUATU

Neste capítulo será exposto à metodologia da presente pesquisa, bem como a análise dos dados coletados através das entrevistas e do que se entende sobre PCC de acordo com sua legislação pertinente referidas no capítulo anterior, confrontando assim os conceitos com os dados para se ter coerência do que acontece de fato na URCA, Campus de Iguatu. As informações coletadas das entrevistas semi-estruturadas que foram realizadas com alunos, professores e coordenador do curso de Educação Física de Iguatu serão analisadas e apresentadas no referido capítulo.

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter descritivo-exploratória, do tipo documental-bibliografia, com inserção na realidade empírica do Curso de Educação Física. Sendo de fato uma pesquisa de campo, realizando assim uma observação direta da realidade investigada. Por isso, conforme mostrou o primeiro capítulo, analisar-se-á documentos concernentes a formas de aplicação das PCC's no curso confrontando com a sua aplicação na realidade em questão.

Os dados foram coletados pela observação direta do fenômeno da PCC no Curso, utilizando-se de observação sistemática e elaboração de relatórios das Práticas como Componente Curricular das disciplinas que integram o Núcleo de PCC do Curso, bem como através da técnica da entrevista semi-estruturada com gestores, professores e alunos matriculados nas respectivas disciplinas com PCC (2009.2), com o intuito de saber o grau de satisfação da comunidade discente do curso em questão, procurando privilegiar uma apreciação dialética dos fatos acontecidos, em busca de uma reformulação de todas as formas de execução da referida PCC, já que algumas foram concluídas e elaboradas de uma forma não satisfatória para os acadêmicos do curso.

O material coletado, tanto no campo quanto nos documentos, será processado e organizado em categorias de análises (GOMES, 1994, p. 70), para serem posterior e devidamente analisados.

Para a análise e interpretação destes dados organizados e processados em categorias de análise, utilizou-se de uma metodologia de caráter dialético, não obstante as profundas limitações do autor desta pesquisa com a análise materialista dialética da realidade, reconhecendo a dificuldade de se realizar a análise de qualquer fenômeno que seja notadamente a da prática como componente curricular. Entretanto, nem por isso este trabalho abriu mão de compreender dialeticamente a realidade da prática como componente curricular no Curso de Educação Física do Campus de Iguatu.

Contudo, para se trabalhar com categorias de análise, é preciso agrupar informações, opiniões ou procedimentos que mostrem características com semelhança da capacidade de estabelecerem relações entre elas. Posteriormente, a análise e interpretação dos dados foram realizadas com embasamento no referencial teórico optado dando subsídios para esclarecer o problema da pesquisa (GOMES, 1994).

A coleta de dados foi concluída em 01 (um) mês com muita dedicação e dificuldades, logo para se tornar um pesquisador é preciso ter paciência e precisão no que faz. O pesquisador no momento da coleta de dados depende das entrevistas, então o mesmo

encontrava certo receio ou dificuldade no momento das respostas por conta do desinteresse em alguns acadêmicos em participar da pesquisa. Apesar da inexperiência como pesquisador, o processo de coleta de dados não foi em nenhum momento prejudicado. No entanto, com muito esforço e dedicação do pesquisador, este estudo foi concluído no tempo hábil partindo posteriormente para as análises das coletas de dados.

1. DESENVOLVIMENTO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISES

Após a coleta dos dados ocorreu à construção das categorias de análises, as mesmas foram elaboradas e desenvolvidas para uma melhor compreensão do presente estudo. Viu-se necessário organizá-los em 05 categorias, apresentadas a seguir: *a) Contribuição da PCC na formação dos acadêmicos; b) Conscientização da PCC; c) Aplicabilidade, acompanhamento e avaliação da PCC; d) Definição de PCC; e) Condições de trabalho.*

Após esses esclarecimentos, parte-se agora para a entrevista semi-estruturada realizada com alunos selecionados de 03 (três) semestres de 2009.2, o III, o IV e o VIII semestre, visto que o I e II semestre ainda não tem conhecimento claro da referida PCC por questão de não participarem ainda ativamente dessas práticas e apenas ter noção de Ginástica I e Pesquisa em Educação Física já que é também uma prática obrigatória no I semestre. Sendo assim, para um melhor esclarecimento da análise da PCC no Curso de Educação Física de Iguatu, fica definido a aplicabilidade das entrevistas apenas o público supracitado, sendo os acadêmicos conhecedores ou não do conceito de PCC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste espaço serão apresentados os achados e reflexões da pesquisa intitulada: “A Prática como Componente Curricular do Curso de Educação Física da Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu: um retrato da sua realidade”.

No decorrer deste trabalho foi possível perceber que apesar do curso de Educação Física existir na cidade de Iguatu há 06 (seis) anos, é fato destacar que alguns procedimentos precisam ser analisados no que se diz respeito à formação acadêmica em especial a aplicabilidade da PCC no referido curso. Resta serem esclarecidas muitas dúvidas sobre: Qual o entendimento da PCC? Como se procede a sua aplicabilidade? Qual sua importância para o curso?

De acordo com o PPP do curso é fato notar que a PCC deve ser compreendida e interpretada como uma prática que difere de Estágio Curricular Supervisionado como também de Atividades Complementares.

Neste trabalho foram analisados dados contidos em documentos legais da educação nacional, pareceres e resoluções, artigos, dissertação, todos pertinentes a PCC, que complementa um dos objetivos da pesquisa, que é analisar a realidade em questão através do acesso aos documentos citados e conhecer e compreender os mesmos.

Com isso vale ressaltar que esta pesquisa explanou idéias intrínsecas ao curso, não resvala qualquer conhecimento que não esteja voltado para a aplicabilidade da PCC no presente curso.

Foi diagnosticado e interpretado para o leitor que as possibilidades e limites de aplicabilidade da PCC realmente precisam ser repensadas, onde todos os sujeitos

envolvidos merecem destaque, logo são eles os participantes dessa realidade, são eles que irão personificar e qualificar a formação deste Curso.

A hipótese inicial do presente estudo foi comprovada, pois foi percebível falta de respostas convincentes por parte da maioria dos entrevistados - professores e alunos - quanto ao entendimento amplo da existência e permanência da PCC num curso de graduação. Houve sujeitos pesquisados que demonstraram conhecimento abrangente sobre a PCC, como sujeitos que não compreendem seu conceito, seu entendimento, sua finalidade, sua importância, sua execução, sua distribuição e operacionalização.

De maneira geral, pode-se afirmar que a formação profissional e humana do licenciando está sendo comprometida e sofrendo uma enorme perda no período de sua formação acadêmica por falta de compreensão ou de conhecimento ou de descumprimento com a legislação. A realidade da temática em questão e a forma aplicada da PCC no referido curso, se utilizando de algumas disciplinas, não são de caráter satisfatório, logo esta prática pedagógica não está sendo executada com êxito. Não é possível apontar um único responsável pela falta de aplicabilidade da PCC, o certo é que a pesquisa constatou um emaranhado de divergências entre gestores, professores e alunos.

Buscando cumprir com um dos objetivos específicos desta pesquisa o autor deste estudo propõe que inicialmente seja elaborado e executado um seminário amplo sobre a PCC envolvendo todas as pessoas envolvidas no curso. Este seminário visa nivelar todo o entendimento acerca da referida prática, desde os ordenamentos legais ao Projeto Político Pedagógico do curso. Em seguida deve ser criada uma coordenação específica que acompanhe de perto a aplicabilidade da PCC por parte dos docentes, dando o suporte que se fizer necessário. Acrescenta-se que é indispensável à criação de projetos de ações para a execução da PCC e que estes projetos sejam criados, discutidos e redimensionados por professores e alunos de forma coletiva.

REFERÊNCIAS

BENITES, Larissa Cerignoni; NETO, Samuel de Souza. **Educação Física e formação profissional**. Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd81/efprof.htm>. Acesso em 15/junho/2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Nº 9.131**, de 24 de novembro de 1995. *Lei que cria o Conselho Nacional de Educação dentro do MEC, abordando a missão, as atribuições e as normas da Educação Básica e do Ensino Superior através de resoluções/diretrizes*.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, 09 de abril de 2002. Brasília, DF.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 15 de 02 de fevereiro de 2005**. Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

_____. **CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciaturas, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, 04 de março. Seção 1, p.9. Brasília, DF.

_____. **Parecer nº 009/CNE/CP/2001**, de 08 de maio de 2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;

_____. **Parecer nº 021/CNE/CP/2001**, de 06 de agosto de 2001, que trata da duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; graduação plena;

_____. **Parecer nº 027/CNE/CP/2001**, de 02 de outubro de 2001, que dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer nº 009/CNE/CP/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;

_____. **Parecer nº 028/CNE/CP/2001**, de 02 de outubro de 2001, que dá nova redação ao Parecer nº 021/CNE/CP/2001, que dispõe sobre a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

_____. **Resolução nº 07/CNE/CES/2004**, de 31 de março de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena;

COIMBRA, Camila Lima. **A pesquisa e a prática pedagógica como um componente curricular do curso de pedagogia: uma possibilidade de articulação entre a teoria e a prática**. Pontifca Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. Coleção Magistério 2º Grau. Série Formação de Professor. São Paulo. Editora Cortez, 1992.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza; NETO, Otávio Cruz; **Pesquisa Social: Teoria, Método e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

GOMES, R.(org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, Maria Célia Marcondes de; TORRIGLIA, Patrícia Laura. Sentidos de ser docente e a da construção de seu conhecimento. In: MORAES, Maria Célia Marcondes de (Org.). **Illuminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.45-60.

SGUISSARDI, Valdemar, SILVA JUNIOR, João dos Reis (Org.). **Políticas públicas para a educação superior**. Piracicaba: Unimep, 1997. 28lp.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física da Universidade Regional do Cariri.** Crato - CE. 2005.